



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 297/2016 - UFPA, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

NÍVEL E (Nível Superior)  
ASSISTENTE SOCIAL

19 de fevereiro de 2017

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

BOLETIM DE PROVA

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

SAÚDE MENTAL

Rubem Alves

1 Fui convidado a fazer uma preleção sobre saúde mental. Os que me convidaram supuseram que eu,  
2 na qualidade de psicanalista, deveria ser um especialista no assunto. E eu também pensei. Tanto que  
3 aceitei. Mas foi só parar para pensar para me arrepender. Percebi que nada sabia. Eu me explico.

4 Comecei o meu pensamento fazendo uma lista das pessoas que, do meu ponto de vista, tiveram uma  
5 vida mental rica e excitante, pessoas cujos livros e obras são alimento para a minha alma. Nietzsche,  
6 Fernando Pessoa, Van Gogh, Wittgenstein, Cecília Meireles, Maiakovski. E logo me assustei. Nietzsche  
7 ficou louco. Fernando Pessoa era dado à bebida. Van Gogh matou-se. Wittgenstein alegrou-se ao saber  
8 que iria morrer em breve: não suportava mais viver com tanta angústia. Cecília Meireles sofria de uma suave  
9 depressão crônica. Maiakovski suicidou-se. Essas eram pessoas lúcidas e profundas que continuarão a ser  
10 pão para os vivos muito depois de nós termos sido completamente esquecidos.

11 Mas será que tinham saúde mental? Saúde mental, essa condição em que as ideias comportam-se  
12 bem, sempre iguais, previsíveis, sem surpresas, obedientes ao comando do dever, todas as coisas nos  
13 seus lugares, como soldados em ordem-unida, jamais permitindo que o corpo falte ao trabalho, ou que faça  
14 algo inesperado; nem é preciso dar uma volta ao mundo num barco a vela, basta fazer o que fez a Shirley  
15 Valentine (se ainda não viu, veja o filme!) ou ter um amor proibido ou, mais perigoso que tudo isso, a  
16 coragem de pensar o que nunca pensou. Pensar é coisa muito perigosa...

17 Não, saúde mental elas não tinham. Eram lúcidas demais para isso. Elas sabiam que o mundo é  
18 controlado pelos loucos e idosos de gravata. Sendo donos do poder, os loucos passam a ser os protótipos  
19 da saúde mental. Claro que nenhum dos nomes que citei sobreviveria aos testes psicológicos a que teria  
20 de se submeter se fosse pedir emprego numa empresa. Por outro lado, nunca ouvi falar de político que  
21 tivesse estresse ou depressão. Andam sempre fortes em passarelas pelas ruas da cidade, distribuindo  
22 sorrisos e certezas.

23 Sinto que meus pensamentos podem parecer pensamentos de louco e por isso apresso-me aos  
24 devidos esclarecimentos. Nós somos muito parecidos com computadores. O funcionamento dos  
25 computadores, como todo mundo sabe, requer a interação de duas partes. Uma delas chama-se hardware,  
26 literalmente "equipamento duro", e a outra denomina-se software, "equipamento macio". O hardware é  
27 constituído por todas as coisas sólidas com que o aparelho é feito. O software é constituído por entidades  
28 "espirituais" - símbolos que formam os programas e são gravados nos disquetes.

29 Nós também temos um hardware e um software. O hardware são os nervos do cérebro, os neurônios,  
30 tudo aquilo que compõe o sistema nervoso. O software é constituído por uma série de programas que ficam  
31 gravados na memória. Do mesmo jeito como nos computadores, o que fica na memória são símbolos,  
32 entidades levíssimas, dir-se-ia mesmo "espirituais", sendo que o programa mais importante é a linguagem.  
33 Um computador pode enlouquecer por defeitos no hardware ou por defeitos no software. Nós também.  
34 Quando o nosso hardware fica louco há que chamar psiquiatras e neurologista, que virão com suas poções  
35 químicas e bisturis consertar o que se estragou. Quando o problema está no software, entretanto, poções  
36 e bisturis não funcionam. Não se conserta um programa com chave de fenda. Porque o software é feito de  
37 símbolos, somente símbolos podem entrar dentro dele. Assim, para lidar com o software há que fazer uso  
38 de símbolos. Por isso, quem trata das perturbações do software humano nunca se vale de recursos físicos  
39 para tal. Suas ferramentas são palavras, e eles podem ser poetas, humoristas, palhaços, escritores, gurus,  
40 amigos e até mesmo psicanalistas.

41 Acontece, entretanto, que esse computador que é o corpo humano tem uma peculiaridade que o  
42 diferencia dos outros: o seu hardware, o corpo, é sensível às coisas que o seu software produz. Pois não é  
43 isso que acontece conosco? Ouvimos uma música e choramos. Lemos os poemas eróticos do Drummond  
44 e o corpo fica excitado.

45 Imagine um aparelho de som. Imagine que o toca-discos e os acessórios, o hardware, tenham a  
46 capacidade de ouvir a música que ele toca e de se comover. Imagine mais, que a beleza é tão grande que  
47 o hardware não a comporta e se arreventa de emoção! Pois foi isso que aconteceu com aquelas pessoas  
48 que citei no princípio: a música que saía do seu software era tão bonita que o seu hardware não suportou.  
49 Dados esses pressupostos teóricos, estamos agora em condições de oferecer uma receita que garantirá,  
50 àqueles que a seguirem à risca, saúde mental até o fim dos seus dias.

51 Opte por um soft modesto. Evite as coisas belas e comoventes. A beleza é perigosa para o hardware.  
52 Cuidado com a música. Brahms e Mahler são especialmente contraindicados. Já o rock pode ser tomado à  
53 vontade. Quanto às leituras, evite aquelas que fazem pensar. Há uma vasta literatura especializada em  
54 impedir o pensamento. Se há livros do doutor Lair Ribeiro, por que se arriscar a ler Saramago? Os jornais  
55 têm o mesmo efeito. Devem ser lidos diariamente. Como eles publicam diariamente sempre a mesma coisa



56 com nomes e caras diferentes, fica garantido que o nosso software pensará sempre coisas iguais. E, aos  
57 domingos, não se esqueça do Silvio Santos e do Gugu Liberato.

58 Seguindo esta receita você terá uma vida tranquila, embora banal. Mas como você cultivou a  
59 insensibilidade, você não perceberá o quão banal ela é. E, em vez de ter o fim que tiveram as pessoas que  
60 mencionei, você se aposentará para, então, realizar os seus sonhos. Infelizmente, entretanto, quando  
61 chegar tal momento, você já terá se esquecido de como eles eram.

Retirado de <http://www.institutorubemalves.org.br/Acesso em 10/12/2016>

1 Com base no texto “Saúde mental”, pode-se afirmar que

- (A) um psicanalista é um profissional cujo métier tangencia questões de saúde.
- (B) os políticos não estão sujeitos a problemas relacionados à saúde mental.
- (C) a mente humana é constituída de partes distintas – estruturas e emoções.
- (D) o pensar demasiado é indesejável porque apresenta riscos à saúde.
- (E) uma vida bem vivida não exige grande esforço mental.

2 Com base na leitura do trecho “Nietzsche ficou louco. Fernando Pessoa era dado à bebida. Van Gogh matou-se. Wittgenstein alegrou-se ao saber que iria morrer em breve: não suportava mais viver com tanta angústia. Cecília Meireles sofria de uma suave depressão crônica. Maiakovski suicidou-se. Essas eram pessoas lúcidas e profundas que continuarão a ser pão para os vivos muito depois de nós termos sido completamente esquecidos.” (linhas 6 a 10), pode-se afirmar que

- (A) o autor verifica que as pessoas citadas marcaram o seu tempo, mas sofreram tanto que seu legado não pode ser entendido plenamente.
- (B) o autor considera que as pessoas mencionadas não tinham saúde mental, mas eram extremamente bem resolvidas.
- (C) as pessoas aludidas apresentavam problemas sérios e ainda assim tratavam de questões de saúde mental.
- (D) as pessoas supracitadas, apesar de terem adoecido mentalmente, ansiaram viver previsivelmente.
- (E) o autor constata que as pessoas referidas eram tão esclarecidas a ponto de serem perpetuadas por seus legados.

3 O trecho “Por outro lado, nunca ouvi falar de político que tivesse estresse ou depressão. Andam sempre fortes em passarelas pelas ruas da cidade, distribuindo sorrisos e certezas.” (linhas 20 a 22) é um exemplo de

- (A) pleonasma.
- (B) sinestesia.
- (C) ironia.
- (D) hipérbole.
- (E) metonímia.

4 Sobre o trecho “Nós também temos um hardware e um software. O hardware são os nervos do cérebro, os neurônios, tudo aquilo que compõe o sistema nervoso. O software é constituído por uma série de programas que ficam gravados na memória. Do mesmo jeito como nos computadores, o que fica na memória são símbolos, entidades levíssimas, dir-se-ia mesmo ‘espirituais’, sendo que o programa mais importante é a linguagem.” (linhas 29 a 32), é CORRETO afirmar que

- (A) as aspas na palavra “espirituais” poderiam ser substituídas por hífen.
- (B) os termos hardware e software foram empregados para dar um tom rebuscado ao texto.
- (C) a mesóclise poderia ser desfeita, empregando-se a forma “diria-se” em seu lugar, sem desrespeitar à norma padrão da língua portuguesa.
- (D) se trata de uma metáfora, por meio da qual o autor objetiva explicar a constituição do sistema nervoso humano.
- (E) a palavra “mesmo” enfatiza o verbo “dizer” e restringe o significado da sentença como um todo.



- 5 As orações destacadas no trecho “Acontece, entretanto, que esse computador **que é o corpo humano** tem uma peculiaridade **que o diferencia dos outros**: o seu hardware, o corpo, é sensível às coisas **que o seu software produz**. Pois não é isso que acontece conosco? Ouvimos uma música e choramos. Lemos os poemas eróticos do Drummond e o corpo fica excitado.” (linhas 41 a 44) são
- (A) orações subordinadas substantivas subjetivas.  
(B) orações subordinadas adjetivas restritivas.  
(C) orações subordinadas substantivas completivas nominais.  
(D) orações subordinadas adjetivas explicativas.  
(E) orações subordinadas substantivas apositivas.
- 6 O trecho “Há uma vasta literatura especializada em impedir o pensamento. Se há livros do doutor Lair Ribeiro, por que se arriscar a ler Saramago? Os jornais têm o mesmo efeito. Devem ser lidos diariamente. Como eles publicam diariamente sempre a mesma coisa com nomes e caras diferentes, fica garantido que o nosso software pensará sempre coisas iguais. E, aos domingos, não se esqueça do Silvio Santos e do Gugu Liberato.” (linhas 53 a 57) revela uma
- (A) “alfinetada” nos livros de Lair Ribeiro, nos jornais e nos programas de Silvio Santos e Gugu Liberato.  
(B) crítica construtiva aos livros de Lair Ribeiro, aos jornais e aos programas de Silvio Santos e Gugu Liberato.  
(C) repreensão aos livros de Lair Ribeiro, aos jornais e aos programas de Silvio Santos e Gugu Liberato.  
(D) análise literária sobre os livros de Lair Ribeiro, os jornais e os programas de Silvio Santos e Gugu Liberato.  
(E) diretriz sobre os livros de Lair Ribeiro, os jornais e os programas de Silvio Santos e Gugu Liberato.
- 7 Dos trechos abaixo, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de linguagem conotativa:
- (A) “Fui convidado a fazer uma preleção sobre saúde mental. Os que me convidaram supuseram que eu, na qualidade de psicanalista, deveria ser um especialista no assunto. E eu também pensei. Tanto que aceitei. Mas foi só parar para pensar para me arrepender.” (linhas 1 a 3)  
(B) “Nietzsche ficou louco. Fernando Pessoa era dado à bebida. Van Gogh matou-se. Wittgenstein alegrou-se ao saber que iria morrer em breve: não suportava mais viver com tanta angústia. Cecília Meireles sofria de uma suave depressão crônica. Maiakovski suicidou-se.” (linhas 6 a 9)  
(C) “Saúde mental, essa condição em que as ideias comportam-se bem, sempre iguais, previsíveis, sem surpresas, obedientes ao comando do dever, todas as coisas nos seus lugares, como soldados em ordem-unida, jamais permitindo que o corpo falte ao trabalho, ou que faça algo inesperado;” (linhas 11 a 14)  
(D) “O funcionamento dos computadores, como todo mundo sabe, requer a interação de duas partes. Uma delas chama-se hardware, literalmente “equipamento duro”, e a outra denomina-se software, “equipamento macio”.” (linhas 24 a 26)  
(E) “[...] eles podem ser poetas, humoristas, palhaços, escritores, gurus, amigos e até mesmo psicanalistas.” (linhas 39 a 40)
- 8 No trecho “Seguindo esta receita você terá uma vida tranquila, **embora** banal. **Mas** como você cultivou a insensibilidade, você não perceberá o quão banal ela é.” (linhas 58 e 59), as relações semântico-discursivas evidenciadas pelos conectivos em destaque são, respectivamente,
- (A) causa e adversidade.  
(B) concessão e adversidade.  
(C) concessão e adição.  
(D) adversidade e concessão.  
(E) adição e concessão.
- 9 O item em negrito, no trecho “Pensar é **coisa** muito perigosa...” (linha 16), poderia ser substituído, sem prejuízo de conteúdo, por
- (A) investidura.  
(B) entidade.  
(C) avaliação.  
(D) cortesia.  
(E) atitude.



- 10 A oração destacada no trecho “Pois foi isso que aconteceu com aquelas pessoas que citei no princípio: a música **que saía do seu software** era tão bonita que o seu hardware não suportou.” (linhas 47 e 48)
- (A) restringe o sentido da palavra música.
  - (B) explica o sentido da palavra música.
  - (C) ressalta o sentido da palavra música.
  - (D) enviesa o sentido da palavra música.
  - (E) atenua o sentido da palavra música.

### LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; das vagas oferecidas no concurso, para tais pessoas serão reservadas até:
- (A) 15% (quinze por cento).
  - (B) 20% (vinte por cento).
  - (C) 10% (dez por cento).
  - (D) 25% (vinte e cinco por cento).
  - (E) 5% (cinco por cento).
- 12 Estabelecem a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, os fatores exigidos a serem observados na avaliação para o desempenho do cargo. Capacidade de iniciativa é um deles. Os outros fatores exigidos pela referida Lei para que o servidor seja aprovado no estágio probatório são
- (A) assiduidade, disciplina e produtividade, somente.
  - (B) disciplina, produtividade e responsabilidade, somente.
  - (C) responsabilidade, disciplina e assiduidade, somente.
  - (D) assiduidade, disciplina, produtividade e responsabilidade.
  - (E) produtividade e disciplina, somente.
- 13 Preceituam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento, bem como a gratificação natalina, serão deferidos aos servidores, além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei. Outras retribuições, gratificações e adicionais deferidos aos servidores por esta mesma Lei são
- (A) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno e adicional de férias, exclusivamente.
  - (B) adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, adicional de férias e outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho, exclusivamente.
  - (C) adicional noturno adicional de férias e outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho e gratificação por encargo de curso ou concurso, exclusivamente.
  - (D) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, adicional de férias, outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho, e gratificação por encargo de curso ou concurso.
  - (E) adicional de férias, outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho, gratificação por encargo de curso ou concurso e adicional pela prestação de serviço extraordinário, exclusivamente.



- 14 Determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que guardar sigilo sobre assunto da repartição, manter conduta compatível com a moralidade administrativa e ser assíduo e pontual ao serviço são deveres do servidor. Outros deveres do servidor que estão contemplados nesta Lei são
- (A) tratar com urbanidade as pessoas, zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público, cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais, e exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, dentre outros.
  - (B) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição, utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares e exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho, dentre outros.
  - (C) ser leal às instituições a que servir, observar as normas legais e regulamentares e representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, somente.
  - (D) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, e opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, dentre outros.
  - (E) levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração, atender com presteza, exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e observar as normas legais e regulamentares, somente.
- 15 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. É o que contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. A sindicância poderá resultar em
- (A) arquivamento do processo, aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 60 (sessenta) dias e instauração de processo disciplinar.
  - (B) arquivamento do processo, aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 45 (quarenta e cinco) dias e instauração de processo disciplinar.
  - (C) arquivamento do processo, aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias e instauração de processo disciplinar.
  - (D) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 90 (noventa) dias e instauração de processo disciplinar, somente.
  - (E) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 15 (quinze) dias e instauração de processo disciplinar, somente.
- 16 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. É o que preceitua o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é
- (A) censura, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
  - (B) advertência, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado pelo presidente da comissão, com ciência do faltoso.
  - (C) suspensão, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, sem a ciência do faltoso.
  - (D) multa, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado pelo parecerista.
  - (E) destituição de cargo em comissão, e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes.



- 17 Segundo a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, são considerados os órgãos e entidades públicos aqueles que tenham por atividade-fim o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão e que integram o Sistema Federal de Ensino e são vinculadas ao
- (A) Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação.
  - (B) Ministério da Cultura.
  - (C) Ministério da Educação.
  - (D) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
  - (E) Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.
- 18 A melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação são finalidades previstas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. As demais finalidades dos serviços públicos, por exigência do referido Decreto, são
- (A) o desenvolvimento permanente do servidor público, a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual e divulgação, e o gerenciamento das ações de capacitação.
  - (B) o estímulo, a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional, e a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, exclusivamente.
  - (C) a elaboração do plano anual de capacitação da instituição, compreendendo as definições dos temas e as metodologias de capacitação a serem implementadas, e o incentivo à inclusão das atividades de capacitação como requisito para a promoção funcional do servidor nas carreiras da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, assegurando-lhe a participação nessas atividades.
  - (D) a construção de salas de aulas e laboratórios para promover cursos presenciais e à distância e a promoção de capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento.
  - (E) o desenvolvimento, não necessariamente permanente, do servidor público e a garantia do acesso dos servidores a eventos de capacitação, interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Para os efeitos deste Decreto, o conceito de
- (A) desenvolvimento: execução de atividades e cumprimento de metas previamente pactuadas entre o ocupante da carreira e a IFE, com vistas ao alcance de objetivos institucionais.
  - (B) educação formal: processo de aprendizagem, baseado em ações de ensino-aprendizagem, que atualiza, aprofunda conhecimentos e complementa a formação profissional do servidor, com o objetivo de torná-lo apto a desenvolver suas atividades, tendo em vista as inovações conceituais, metodológicas e tecnológicas.
  - (C) dimensionamento: conjunto de ações sequenciadas que organizam as atividades da força de trabalho e a utilização dos meios de trabalho, visando ao cumprimento dos objetivos e metas institucionais.
  - (D) força de trabalho: conjunto da força de trabalho da IFE que realiza atividades afins e complementares.
  - (E) capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais.



- 20 Eliminar o déficit institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal, é um dos objetivos do GES PÚBLICA (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização), que tem a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País. O Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, instituiu o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização e dá outras providências. Outros objetivos do Decreto são
- (A) promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, e promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública, exclusivamente.
  - (B) promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública, e assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados, e promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.
  - (C) promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública, e assegurar a eficácia e a efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados, exclusivamente.
  - (D) promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, e assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados, exclusivamente.
  - (E) promover a governança, aumentando a capacidade de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, promover a eficiência, por meio de melhor aproveitamento dos recursos, relativamente aos resultados da ação pública, e assegurar a eficácia e efetividade da ação governamental, promovendo a adequação entre meios, ações, impactos e resultados, exclusivamente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A discussão sobre o sigilo profissional é um dos aspectos mais polêmicos do código de ética do assistente social. Acerca do tema é CORRETO afirmar o seguinte:
- (A) ao exercer sua autoridade perante o usuário, o profissional deve limitar sua atuação profissional ao constatar casos delituosos que envolvam o usuário, pois não pode compactuar sigilo em casos criminais.
  - (B) quando chamado por autoridade policial ou judicial para depor sobre atendimento social, o assistente social pode revelar apenas casos que considerar benéfico para preservar o usuário.
  - (C) com o avanço da tecnologia, a facilidade de transferência de dados sigilosos desmistificou positivamente a complexa polêmica em torno do sigilo, pois disponibiliza informações apenas para os profissionais envolvidos no atendimento interdisciplinar.
  - (D) não envolve apenas o que é confiado ao profissional pelo usuário; é parte da ética profissional a preservação do usuário de todas as informações que lhe digam respeito, mesmo que elas não lhe tenham sido reveladas.
  - (E) como as prisões ou instituições fechadas têm regras rígidas, o sigilo profissional é menos vulnerável, pois o assistente social conta, além de seu código de ética, com outras formas de exercer, sem conflito, seu sigilo profissional.
- 22 Pesquisas apontam que a maioria dos assistentes sociais atuam em instituições públicas, de natureza estatal. Isto significa que o assistente social
- (A) é assalariado e portador de um projeto societário republicano e histórico que lhe assegura o poder de intervir nas questões relativas ao capital fetiche.
  - (B) é possuidor de estratégias defensivas frente ao Estado de capital privado e que influenciam intelectualmente sua maneira de intervir.
  - (C) convive com a radicalização liberal em tempos de capital fetiche e reafirma o Estado como único mantenedor das estratégias de luta.
  - (D) é, majoritariamente, um funcionário público que atua prioritariamente na formulação, no planejamento e na execução de políticas sociais.
  - (E) atua nos conselhos de direitos ou de políticas sociais, como profissionais e militantes de bases, envolvidos no exercício democrático de acompanhamento de gestão e avaliação de política.





- 23 A (re)construção e a (re)apresentação da dimensão técnico-operativa do serviço social na busca de sua superação tradicional colocam diversos questionamentos sobre sua operacionalidade. Neste sentido, é CORRETO afirmar que
- (A) reconhecer a complexidade da profissão significa reduzir a intervenção profissional às ações imediatas e pontuais, despidas das requisições institucionais em consonância com o capitalismo financeirizado.
  - (B) a pretensão de neutralidade e o apego às técnicas corroboraram para as mudanças de novos paradigmas técnico-instrumentais.
  - (C) justifica-se a concepção preconceituosa sobre os instrumentais vistos sob égide de superioridade sobre as demais dimensões do projeto ético-político do Serviço Social.
  - (D) o que se tem vivenciado é a politização da questão social e sua discussão é unânime nos meios burgueses para atender às demandas sociais por meio do terceiro setor.
  - (E) a dimensão técnico-operativa é o modo de ser da profissão, é uma síntese da prática profissional por se constituir nas respostas e estratégias construídas para o atendimento às demandas.
- 24 Ainda que exista distinção mínima entre assessoria e consultoria em serviço social, é unânime a consideração de sua importância em articular e preparar uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um especialista que venha a assisti-la teórica e tecnicamente. Sobre o que é assessoria e consultoria no serviço social, observe os itens a seguir:
- I é sinônimo de supervisão
  - II é abandono do trabalho assistencial
  - III não é sinônimo de toda e qualquer ação extensionista
  - IV assessoria não é mera militância política
- Estão CORRETOS os itens
- (A) I, II e III.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I e II, somente.
  - (D) II e III, somente.
  - (E) III e IV.
- 25 Existem variantes quando se trabalha com projetos de intervenção social, mas comumente toda a elaboração pressupõe alguns determinantes válidos para todos os trabalhos nessa área. Sobre o tema é CORRETO afirmar que
- (A) a definição das metodologias de ação deve ser o primeiro passo para a efetivação do trabalho, ou seja, quem pretende fazer, quais objetivos pretende alcançar. A metodologia, pela própria natureza do trabalho, deve ser qualitativa, clara e exequível. A definição da coleta de dados dá a clareza necessária para compreender a proposta de intervenção profissional.
  - (B) a identificação, a delimitação e a justificativa claras do objeto da ação devem nortear o trabalho do assistente social, que se propõe a definir que refrações da questão social serão objetos de sua intervenção. Dai a importância de prioridades, que, por sua vez, devem responder de forma efetiva às demandas colocadas.
  - (C) a identificação dos objetivos deverá quantificar e qualificar o trabalho proposto pelo assistente social. A definição da delimitação do projeto deve estar relacionada com o cronograma. É necessária a explicitação de indicadores econômicos que viabilizarão a execução financeira da pesquisa, sem os quais não se executa o projeto e que serão os medidores da efetividade do trabalho e de como o trabalho será monitorado, a fim de que se possa avaliar os resultados.
  - (D) como o trabalho de intervenção é realizado junto com a comunidade, não é necessário que o projeto indique os mecanismos de controle social, sendo os registros e as documentações, em respeito ao sigilo profissional do assistente social, mantidos dentro da instituição para que não haja repetição de ações realizadas por outros profissionais.
  - (E) pela imprevisibilidade de todo o projeto de intervenção, os recursos devem ser definidos e distribuídos pelo assistente social conforme necessidade operacional consoante sua execução. Neste item, é preciso atentar para os recursos financeiros que serão despendidos pela comunidade e pela instituição.



- 26 As fases do planejamento social, enquanto processo racional, são sequencialmente
- (A) reflexão, ação, discussão, revisão.
  - (B) avaliação, discussão, decisão, diagnóstico.
  - (C) reflexão, decisão, ação, revisão.
  - (D) contextualização, intervenção, práxis, decisão.
  - (E) debate, discussão, revisão, ação.
- 27 No Brasil, após 1964, adquirem força as características identificadas como particularidades da “questão social” no país. Tais particularidades, que se tornam muito evidentes no contexto de ditadura militar, com extrema repressão às lutas de classe, são
- (A) o caráter conservador da modernização capitalista no Brasil e a revolução passiva.
  - (B) a centralidade da ação estatal na constituição do capitalismo e a industrialização pesada.
  - (C) a flexibilidade estrutural do mercado de trabalho e a precariedade das ocupações.
  - (D) a estabilidade dos empregos para aumento da taxa de lucro e a repressão ao movimento sindical.
  - (E) o poder do coronelismo nas relações sociais e a manipulação eleitoral a partir de fontes clientelistas.
- 28 Considerando o histórico do enfrentamento da questão social, encontram-se diferentes concepções de pobreza. De acordo com o pensamento hegemônico de pobreza e da “questão social” no capitalismo monopolista do Estado de Bem-Estar,
- (A) a questão social e a pobreza são fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos.
  - (B) a questão social passa da concepção de caso de polícia para a esfera da política, recebendo um tratamento segmentado, mas sistemático, mediante as políticas sociais estatais. Sendo a pobreza e a miséria expressões da questão social, são vistas, a partir das formulações keynesianas, como um problema de distribuição do mercado, como um descompasso na relação oferta/demanda de bens e serviços.
  - (C) neste período, a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como produto e responsabilidade dos limites culturais de cada indivíduo.
  - (D) a pobreza e as manifestações da questão social são problemas que se expressam em comportamentos (malgasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem, etc) e a solução passa por alterar tais comportamentos por meio de um processo educativo.
  - (E) a pobreza é concebida como um problema individual-pessoal e, portanto, para o enfrentamento da questão social, cabe à filantropia (individual ou organizacional) a responsabilidade pela intervenção social: surge o debate do terceiro setor, da filantropia empresarial (ou responsabilidade social), do voluntariado. A auto-ajuda, a solidariedade local, o benefício, a filantropia substituem o direito constitucional do cidadão de resposta estatal.
- 29 A atualidade do serviço social demanda a necessidade de exercício da capacidade de análise da experiência profissional cotidiana do assistente social, realizada por meio da identificação de itens que constituem uma possível rota para identificar, cotidianamente, no âmbito da ação profissional, os avanços teórico-políticos concretos, orientados pelo projeto ético-político profissional. Sobre esses itens, que precisam ser identificados, considere verdadeiros (V) ou falsos (F) os itens a seguir:
- ( ) Iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas.
  - ( ) Ações do assistente social como ator político por excelência.
  - ( ) Processos de democratização de decisões.
  - ( ) Conquistas e possibilidades do exercício de direitos.
  - ( ) Mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária.

A sequência CORRETA é

- (A) V, F, F, V, V.
- (B) V, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, F, F.
- (D) V, F, V, V, V.
- (E) V, V, F, V, V.



30 Os assistentes sociais, no seu exercício profissional, recebem diversas denúncias sobre violações de direitos humanos e sociais e, desde que não firam preceitos éticos de sigilo profissional, podem ser publicizadas para defesa de direitos. Por meio dessa atividade, procura-se tornar transparente, ao sujeito que busca os serviços, as reais implicações de suas demandas, assim como os meios e as condições de ter acesso aos direitos. Essa atividade é nomeada de

- (A) conscientização.
- (B) socialização de informações.
- (C) releitura da realidade.
- (D) problematização.
- (E) análise do discurso.

31 O profissional de serviço social tem competência para realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades e, dentre as atribuições privativas, está realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de serviço social. Sobre esse assunto, relacione as colunas a seguir.

- |                     |     |  |
|---------------------|-----|--|
| 1. Estudo social    | ( ) | Como documento específico elaborado por assistente social, consiste na apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo.      |
| 2. Relatório social | ( ) | É utilizado no meio judiciário como mais um elemento de “prova”, com a finalidade de dar suporte à decisão judicial, a partir de uma determinada área do conhecimento, no caso, o serviço social.  |
| 3. Perícia social   | ( ) | É um processo metodológico específico do serviço social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais. |
| 4. Laudo social     | ( ) | Trata-se de um estudo e parecer cuja finalidade é subsidiar uma decisão, geralmente, judicial.   |

A sequência CORRETA é

- (A) 2, 4, 1, 3.
- (B) 3, 1, 4, 2.
- (C) 1, 3, 2, 4.
- (D) 4, 2, 3, 1.
- (E) 1, 2, 4, 3.

32 A supervisão em serviço social acompanha a história da profissão, podendo ser considerada uma instância do processo de formação profissional. Sobre esse processo histórico da supervisão no transcorrer do século XX, considere verdadeiras(V) ou Falsas (F) as afirmativas a seguir.

- ( ) As primeiras formulações sobre supervisão no Brasil, em 1936, ocorreram paralelamente à criação da primeira escola de serviço social em São Paulo.
- ( ) Na década de 1940, o serviço social norte-americano marcou presença, estendendo-se nas décadas seguintes e sobrepondo-se, assim, à influência europeia, que ainda muito significava na profissão, naquele período.
- ( ) A década de 1950 foi marcada pela influência psicológica na profissão, em especial, a da psicanálise.
- ( ) A ênfase na formação especialista e tecnocrática das décadas de 1970 a 1980 direcionou-se, na década seguinte, para aquela que pretendia formar profissional generalista, que se complementasse pela competência técnico-política, nutrida por uma teoria social crítica.
- ( ) Na década de 1990, encontra-se na concepção de supervisão a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

A sequência correta é

- (A) F, F, F, V, V.
- (B) V, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, F, F.
- (D) V, V, V, V, V.
- (E) V, V, F, V, V.



- 33 Os instrumentos e as técnicas são aspectos a partir dos quais se faz a opção, de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado, para se chegar a uma finalidade. Quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores serão as nossas possibilidades de construí-las. No que se refere à construção de mediações, temos como princípio fundamental a
- (A) avaliação.
  - (B) ação.
  - (C) operacionalização.
  - (D) sistematização.
  - (E) decisão.
- 34 No que se refere à elaboração de projetos de avaliação de políticas públicas, estudos apoiam-se em um conjunto de decisões, conscientes ou não, tomadas pelo avaliador no início e ao longo do seu trabalho. E o conjunto dessas opções e preferências definirá os objetivos, a natureza e o tipo de avaliação. Constitui-se objetivo da avaliação
- (A) *ex ante e ex post*.
  - (B) diagnóstico e impacto.
  - (C) conhecimento e verificação.
  - (D) produto e qualidade.
  - (E) gerência e decisão.
- 35 O conhecimento das distintas correntes de pensamento social, que têm hoje uma repercussão significativa nos processos de formação profissional, faz-nos compreender a complexidade do movimento da sociedade, em sua experiência histórica. Neste embate de forças sociais, o método funcionalista consiste
- (A) na análise existencial da incompatibilidade dos valores e da luta entre os deuses. O mundo está racionalizado pela ciência, a administração e pela gestão rigorosa das empresas econômicas, mas continua a luta entre as classes, as nações e os deuses.
  - (B) na explicação e na construção do conhecimento, a partir de um padrão de raciocínio, ou seja, a partir do instante em que o raciocínio mostra que o fenômeno A se relaciona com o fenômeno B, em termos de uma função, e que A contribui para a manutenção de B, no preenchimento de determinada necessidade.
  - (C) no papel da relação com os valores, esta determina a seleção do tema a tratar, isto é, permite destacar um objeto da realidade difusa. Uma vez escolhido o tema, orienta a separação entre o essencial e o acessório, o que significa que define a individualidade histórica ou a unidade do problema, ultrapassando a infinidade de detalhes.
  - (D) no carisma residia grande força revolucionária nas épocas vinculadas à tradição. As relações entre as diferentes nações dependem da extensão do desenvolvimento das suas forças produtivas, da divisão do trabalho e do intercâmbio interno. A organização social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos.
  - (E) no processo de trabalho, fixando apenas elementos simples e abstratos, como atividade racional destinada à produção de valores de uso, à assimilação da matéria natural a serviço das necessidades humanas, à condição geral de intercâmbio de matérias entre a natureza e o homem, à condição natural eterna da vida humana.
- 36 Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, constitui-se um instrumento fundamental para a consolidação do projeto ético-político profissional o/a
- (A) produtividade organizacional.
  - (B) projeto de trabalho.
  - (C) processo interdisciplinar.
  - (D) objetivo institucional.
  - (E) consciência política.



- 37 A dimensão ética do planejamento decorre do fato de este favorecer o desenvolvimento de uma tecnologia que se, por um lado, possibilita soluções científicas para os problemas de uma sociedade em permanente mudança, por outro lado, viabiliza a centralização do poder e o aumento de sua eficácia controladora. Considera-se função essencial do planejamento, como instrumento técnico,
- (A) aumentar a capacidade e melhorar a qualidade do processo de adoção de decisões, oferecendo dados básicos da situação e necessidades, elementos do juízo para apreciar as situações e os dados para aferição das tendências e projeções futuras.
  - (B) empreender um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados.
  - (C) estabelecer as prioridades da intervenção, identificando e ordenando os projetos, definindo o âmbito institucional e alocando os recursos a serem utilizados.
  - (D) procurar objetivos comuns, ordenando os objetivos gerais e desagregando-os em objetivos específicos que constituirão, por sua vez, os objetivos gerais dos programas.
  - (E) dispor as ações programáticas em uma sequência temporal de acordo com a racionalidade técnica destas e as prioridades de atendimento.
- 38 Os estudos de avaliação da implementação de programas sociais indicam que a realização da avaliação significa uma ocasião para melhorar as capacidades das instituições da gestão social. Neste sentido, são oportunidades para tal implementação.
- I explicitação ou reforço dos objetivos e da cadeia de valor do programa
  - II criação ou fortalecimento do sistema de informação e monitoramento
  - III aprendizado institucional
  - IV análise da interação entre os atores institucionais no processo de execução
- Estão corretos os itens
- (A) I e II, somente.
  - (B) I e III, somente.
  - (C) I, II e III, somente.
  - (D) II, e IV, somente.
  - (E) I, II, III e IV.
- 39 Nayara é uma adolescente que sofreu grave acidente automobilístico, que resultou em comprometimentos mentais. Sua família, sem condições de prover seu sustento, seu tratamento e inúmeros medicamentos, consultou um assistente social no CREAS (Centro de Referência Especializada em Assistência Social) sobre o Benefício de Prestação Continuada. Pelo relato, com base no tema da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) que trata dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social, é CORRETO afirmar o seguinte:
- (A) com os recentes cortes nos recursos da LOAS para atendimento do ajuste fiscal, somente os idosos e deficientes físicos permaneceram com o direito de receber o benefício.
  - (B) independente das necessidades materiais, a LOAS prevê que todos os adolescentes que possuem deficiência, qualquer que seja, permanente ou provisória, têm direito ao benefício de prestação continuada.
  - (C) considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - (D) se a família tiver renda de até um salário mínimo, será contemplada com  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo do benefício de prestação continuada para complementar a renda para o tratamento em casos de doenças mentais.
  - (E) os programas de enfrentamento da pobreza e da carência de um modo geral não contemplam portadores de deficiência mental, pois o SUS (Sistema Único de Saúde), por meio de seus centros de referências municipais (casas mentais) se encarregam de realizar tratamento especializado aos adolescentes que têm impedimento de longo prazo com deficiência mental.



- 40 A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional. Nestes casos, à direção estadual do SUS compete executar serviços de
- (A) tratamento de doenças de alta complexidade.
  - (B) vigilância bucal e dentística.
  - (C) alimentação e nutrição.
  - (D) controle de estradas e vias.
  - (E) limpeza de casas e instituições abandonadas.
- 41 A respeito dos programas de assistência social disciplinados na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) é CORRETO afirmar que
- (A) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), de abrangência nacional e caráter intersetorial, integra a Política Nacional de Assistência Social e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados e com a participação da sociedade civil.
  - (B) os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares que visam a melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, sendo definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social e observados pelos demais entes federativos.
  - (C) a LOAS instituiu o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços sócio-assistenciais de prestação continuada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).
  - (D) os programas de assistência social direcionados ao idoso, bem como os voltados para a integração da pessoa com deficiência, deverão ser devidamente articulados com os respectivos estatutos e com os benefícios eventuais.
  - (E) o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) integra a proteção social básica e consiste no apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.
- 42 A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742 de 1993) transformou o Fundo Nacional de Ação Comunitária (Funac) no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Sobre o Financiamento da Assistência Social é CORRETO afirmar que
- (A) cabe à União, por meio do Conselho Nacional de Assistência Social, o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios utilizados pelos entes federados dos recursos dos respectivos Fundos de Assistência Social.
  - (B) os recursos de responsabilidade da União destinados à assistência social serão automaticamente repassados ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), à medida que se forem realizando as receitas.
  - (C) a utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos demais entes será declarada a cada trimestre, mediante relatório de gestão a ser apreciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
  - (D) os recursos federais destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada serão repassados automaticamente pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao Conselho Nacional de Assistência Social, órgão responsável por sua execução e manutenção.
  - (E) cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social a responsabilidade pela coordenação da política de assistência social nas três esferas de governo, bem como gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.



- 4.3 Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) –, que disciplinou o direito à convivência familiar e comunitária, é CORRETO afirmar o seguinte:
- (A) o trânsito em julgado da condenação criminal do pai ou da mãe por crime doloso ou culposos, tentado ou consumado, sujeito a pena de reclusão ou detenção, contra o próprio filho ou filha, implicará a destituição do poder familiar.
  - (B) a criança ou o adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar poderá ser reintegrado à sua família ou colocado em família substituta, por meio de decisão de qualquer autoridade judiciária, com base em relatório do Ministério Público.
  - (C) os pais possuem o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores e maiores, sob pena de suspensão ou até perda do poder familiar, a ser decretada judicialmente, na hipótese de seu descumprimento, ainda que haja justificativa.
  - (D) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
  - (E) por meio de autorização judicial, garante-se a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, desde que por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável.
- 4.4 Com base na Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), é CORRETO afirmar que
- (A) a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou o adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, salvo se o adotando já estiver sob a tutela, guarda legal ou guarda de fato do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a conveniência da constituição do vínculo.
  - (B) o vínculo da adoção é constituído por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado cuja inscrição consignará o nome dos adotantes como pais e o de seus ascendentes, bem como uma observação sobre a origem do ato, cancelando o registro original do adotado.
  - (C) o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos ou, se menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.
  - (D) a adoção, que depende do consentimento dos pais ou do representante legal, produz seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença constitutiva, exceto na hipótese de o adotante falecer no curso do procedimento, caso em que terá força retroativa à data do ajuizamento do pedido de adoção.
  - (E) os divorciados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que iniciem o estágio de convivência em até seis meses após a separação e comprovem que existe vínculo de afinidade e afetividade entre o adotante e o não detentor da guarda.
- 4.5 Com base no Decreto n.º 3.048 de 1999, diploma legal que aprovou o Regulamento da Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social que voltar a exercer atividades elencadas pelo Regulamento, também abrangidas pelo Regime Geral, é segurado facultativo em relação a essa atividade.
  - (B) não é considerado segurado especial o membro de grupo familiar que possua outra fonte de recebimento como benefício de pensão por morte, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão, ainda que o valor não supere o do menor benefício de prestação continuada da previdência social.
  - (C) não é considerado empregado o diretor que seja contratado ou promovido para cargo de direção de sociedade anônima e mantenha as características inerentes à relação de emprego, mas não participe do risco econômico do empreendimento.
  - (D) a filiação ao Regime Geral de Previdência Social é facultativa a quem exerce atividade remunerada, aplicando-se esta regra ao dirigente sindical que, no exercício do mandato, mantém o mesmo enquadramento de antes da investidura no cargo.
  - (E) o servidor civil ou o militar que exerce, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, é considerado segurado obrigatório em relação a essas atividades.



- 46 O Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n.º 3.048 de 1999, dispõe sobre aposentadoria por invalidez, por idade e por tempo de contribuição. Acerca do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, é CORRETO afirmar o seguinte:
- (A) até que lei específica discipline a matéria, são contados como tempo de contribuição o período de contribuição efetuada por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava como segurado obrigatório e o período em que o segurado esteve recebendo auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade.
  - (B) a aposentadoria por tempo de contribuição do professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício em função de magistério na educação fundamental, no ensino fundamental ou no ensino superior, será devida ao professor aos trinta anos de contribuição e à professora aos vinte e cinco anos de contribuição.
  - (C) as anotações em carteira profissional e/ou carteira de trabalho e previdência social relativas a férias, alterações de salários e outras, que demonstrem a sequência do exercício da atividade, não podem suprir possível falha de registro de admissão ou dispensa, salvo se assim determinar sentença judicial transitada em julgado.
  - (D) se o segurado que já completou os requisitos para se aposentar achar mais vantajoso permanecer em atividade, fica assegurado o direito à aposentadoria quando houver interesse, respeitando as regras vigentes ao tempo da data de entrada do requerimento do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição.
  - (E) considera-se tempo de contribuição o tempo, contado de data a data, desde o início até a data do requerimento ou do desligamento de atividade abrangida pela previdência social, inclusive os períodos legalmente estabelecidos como de suspensão de contrato de trabalho, de interrupção de exercício, descontados os de desligamento da atividade.
- 47 Com base no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003), é CORRETO afirmar que
- (A) a prestação de alimentos ao idoso e as respectivas transações poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as encaminhará ao juiz para que este as referende, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
  - (B) ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, conforme requerimento familiar.
  - (C) a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de até cinquenta por cento nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
  - (D) é assegurada ao idoso a prioridade na tramitação de processos e procedimentos judiciais em que figure como autor, em qualquer instância, estendendo-se o benefício após a morte do idoso em favor do cônjuge supérstite, com união estável, desde que maior de sessenta anos.
  - (E) a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos aos idosos que comprovem sua condição por meio de qualquer documento pessoal com foto é norma que deve ser observada pela legislação local.
- 48 O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003) estabeleceu normas quanto à profissionalização e ao trabalho do idoso, bem como sobre a assistência social e a previdência social. Sobre o tema, e com base na lei, é CORRETO afirmar o seguinte:
- (A) a concessão da aposentadoria por idade, ainda que a pessoa conte com o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício, levará em conta a condição de segurado do idoso.
  - (B) é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo ao idoso que não possua meios de prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família, sendo tal benefício computado como renda *per capita* caso já tenha sido concedido a um membro da família.
  - (C) às entidades de longa permanência, ou casa-lar, é facultado firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, podendo, no último caso, ou ainda em entidades filantrópicas, haver cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.
  - (D) o Poder Público criará e estimulará programas de preparação psicológica dos trabalhadores, um ano antes de se tornarem idosos, estimulando a aposentadoria e esclarecendo-os sobre os direitos sociais e de cidadania.
  - (E) na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.





- 49 A Lei nº 10.257 de 2001 estipulou as diretrizes gerais para a execução da política urbana, que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. UMA dessas diretrizes é a seguinte:
- (A) participação das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na gestão da política urbana, por meio de formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, podendo haver, excepcionalmente, participação da população, observados os requisitos legais
  - (B) estímulo à utilização, nos parcelamentos do solo e nas edificações urbanas, de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos, salvo os casos em que a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais estejam caracterizadas como objetivo do projeto.
  - (C) planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município, bem como do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.
  - (D) regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de renda alta, visando a reforma agrária, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e de edificação, consideradas as normas ambientais e a situação socioeconômica da população.
  - (E) cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, com vistas ao interesse do Estado, bem como proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.
- 50 A Lei nº 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha, visa a coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Acerca do tema e com base na referida lei, é CORRETO afirmar o seguinte:
- (A) nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida por violência doméstica, será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência designada com tal finalidade, somente após o recebimento da denúncia, desde que ouvido o Ministério Público.
  - (B) a autoridade policial, no atendimento de mulher em situação de violência doméstica e familiar, deverá fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida, bem como informar à ofendida os serviços disponíveis.
  - (C) poderá o Ministério Público, a requerimento da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário a proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvida a equipe multidisciplinar.
  - (D) é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa, salvo, no último caso, se houver consentimento da ofendida.
  - (E) para a proteção patrimonial dos bens conjugais ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, a proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação do bem em comum, salvo expressa autorização da ofendida.